

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

1. DIMENSÃO GERAL

1.1 Mensagem da Administração

A Administração da INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A. (“IE GARANHUNS” ou “Companhia”), em atendimento às disposições regulatórias, apresenta o Relatório da Administração do exercício de 2023.

A IE GARANHUNS tem como objeto social principal exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, conforme Contrato de Concessão ANEEL nº 022/2011.

A IE GARANHUNS iniciou sua fase de operação em novembro de 2015 e tem como desafio atual a operação e manutenção do empreendimento sob sua responsabilidade com regularidade, eficiência e segurança.

Finalmente, registramos nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros e a todos os que, direta ou indiretamente, estão contribuindo para o êxito das atividades da Companhia.

1.2 A Companhia

1.2.1 Perfil

A IE GARANHUNS” tem sede na Rua João Cauás, nº 51, Sala 308, Poço da Panela, município de Recife, Estado de Pernambuco, CEP 52.061-390 e está inscrita no CNPJ nº 14.432.763/0001-16.

A IE GARANHUNS é uma Sociedade de Propósito Específico criada em 22 de setembro de 2011 e tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implementação da infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e demais infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de

energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no Contrato de Concessão nº 022/2011 - ANEEL.

1.2.2 Objeto

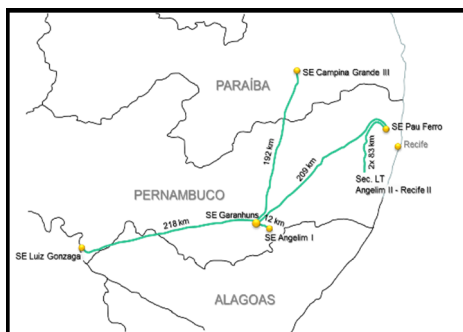
A IE GARANHUNS assinou Contrato de Concessão ANEEL nº 022/2011 em 09 de dezembro de 2011, para Implantação e Exploração das Instalações de Transmissão constantes do “Lote L”, do Leilão ANEEL nº 004/2011 (“EMPREENHIMENTO”). Este leilão teve como objeto a concessão do Sistema de Transmissão composto por 2 (duas) Subestações e 8 (oito) Linhas de Transmissão, totalizando 2.100 MVA de capacidade de transformação, 680 MVAR de compensação reativa e 808 quilômetros de linhas de transmissão, conforme a seguir descrito:

- Subestação Garanhuns 500/230KV - 600MVA de Transformação e 400 MVAR de Compensação Reativa;
- Subestação Pau Ferro 500 KV – 2 x 750 MVA de Transformação e 180 MVAR de Compensação Reativa;
- Ampliação das Subestações Luiz Gonzaga 500KV, Campina Grande III 500 KV e Angelim, mediante a instalação de um vão de entrada de linha em cada uma dessas Subestações;
- LT 500 kV Luiz Gonzaga/Garanhuns C2 - circuito simples (218 km);
- LT 500 kV Garanhuns/Pau Ferro - circuito simples (209 km);
- LT 500 kV Garanhuns/Campina Grande III - circuito simples (194 km), com 100 MVAR de Compensação Reativa no terminal em Campina Grande III;
- LT 230 kV Garanhuns/Angelim I - circuito simples (12 km);
- Seccionamento LT 230 kV Paulo Afonso III/Angelim - C2 e C3 - circuito duplo (2 x 0,7 km) (*);
- Seccionamento LT 230 kV Paulo Afonso III/Angelim - C4 - circuito simples (2 x 0,7 km) (*);
- Seccionamento LT 500kV Angelim II/Recife II – circuito simples (2 x 83 km) (*) e
- Seccionamento LT 500kV Luis Gonzaga/Angelim II - circuito simples (2 x 2,7 km) (*).

OBS: (*) Doados para a Eletrobrás Chesf, por determinação do Contrato de Concessão nº 022/2011.

Os ativos estão localizados em 51 municípios, distribuídos nos Estados de Pernambuco (89%), Alagoas (6%) e Paraíba (5%), conforme Figura 1 a seguir:

Figura 1.Localização do empreendimento.



Em 2021 a ANEEL emitiu Resolução Autorizativa 10.923/2021 visando a implantação de 2 bancos de reatores na barra de 500 kV da SE Garanhuns II, cada banco de 150 MVar e de um banco de reatores na barra de 500 kV da SE Pau Ferro, de 180 MVar. A previsão de disponibilização para entrada em operação comercial, de acordo com a Resolução, foi de 36 meses. Todas as ações associadas ao cumprimento de tal resolução foram adotadas, redundando na entrada em operação comercial, na Subestação Garanhuns, II do primeiro banco (código operacional 05E6/GRD) no dia 17/10/2023, e do segundo banco (código operacional 05E7/GRD) no dia 21/10/2023. O banco da SE Pau Ferro foi disponibilizado para entrada em operação comercial em 23/10/2023. Desta forma, o atendimento à Resolução 10.923/2021 foi integralmente concluído com 206 dias de antecedência, em estrita obediência aos tetos orçamentários determinados, e sem o registro de nenhum acidente do trabalho durante toda a obra.

1.2.3. Justificativas do Empreendimento

O empreendimento tem como justificativas:

- Atender, de forma permanente, uma otimização dos fluxos energéticos para o Estado de Pernambuco e Região Nordeste, minimizando o custo global de conexão e os gastos com expansão da rede elétrica e
- Escoamento da geração proveniente das Centrais de Geração Eólica futuras e em instalação no Estado do Rio Grande do Norte.

O prazo de concessão estabelecido pelo Poder Concedente é de 30 (trinta) anos a contar da assinatura do contrato de concessão (09 de dezembro de 2011). A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 68.900.000,00 (sessenta e oito milhões e novecentos mil reais), com data de referência de 02 de setembro de 2011.

1.2.4 Composição Acionária

Tabela 1. Composição Acionária da IE Garanhuns.

Acionista	Ações subscritas	%
ISA CTEEP	290.700.000,00	51,00
ELETRÓBRÁS CHESF	279.300.000,00	49,00
TOTAL	570.000.000,00	100,00

Os acionistas da Interligação Elétrica Garanhuns S/A são grandes companhias brasileiras do Setor de Energia Elétrica:

- ISA-CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista**

A ISA CTEEP possui posição de liderança no segmento de transmissão de energia nacional. Sua infraestrutura é composta por mais de 31.000 km circuitos (cerca de 28 mil em operação e 3,4 mil em construção) e 137 subestações próprias com tensão de até 550 kV (129 em operação e oito em construção) e 84 mil MVA de capacidade de transformação. Com uma equipe de mais de 1.600 colaboradores, atua em 18 Estados, operando uma rede de transmissão por onde trafegam 30% de toda a energia elétrica transmitida no Brasil e 94% no Estado de São Paulo.

Buscando garantir a longevidade corporativa e maximizar a geração de valor para seus acionistas, em 2023, a Companhia seguiu o ritmo de expansão observado nos últimos anos e consagrou-se como a grande vencedora do Leilão de Transmissão nº 01/2023 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), um dos maiores leilões da história do setor de transmissão brasileiro, com a conquista dos lotes 1 (Projeto Serra Dourada), 7 (Projeto Itatiaia) e 9 (Projeto Água Vermelha). Com o investimento total previsto de R\$ 5,6 bilhões (Capex Aneel) nos três empreendimentos, a empresa concretizará cerca de 25% dos investimentos previstos pelo regulador no certame, construindo 2.160 quilômetros em

linhas de transmissão e quatro subestações, além de executar a expansão de outra existente.

Comprometida com projetos que contribuem para a segurança do sistema elétrico, a ISA CTEEP também investiu R\$ 784,4 milhões na renovação de seu parque instalado no acumulado de janeiro a setembro de 2023, o que representa uma alta de 46% ante os R\$ 537,6 milhões registrados no exercício anterior. É o maior nível de investimento realizado em modernização na história da empresa. Hoje a Companhia possui R\$ 5,0 bilhões de investimentos em projetos já autorizados pela ANEEL e que serão realizados entre 2023 e 2027.

Além de garantir o crescimento futuro, a ISA CTEEP anunciou em 2023 a entrada em operação integral do Projeto Itaúnas, e a energização parcial do projeto Triângulo Mineiro, passando a receber 70% da RAP de R\$ 42,1 milhões a partir de julho de 2023. Outro destaque da Companhia foi o início da operação da primeira Subestação 4.0 do sistema de transmissão brasileiro, instalada na Subestação Jaguariúna, ativo já existente e localizado no interior de São Paulo. A iniciativa é resultado de projeto de P&D da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e contou com investimento superior a R\$ 11 milhões. Iniciativa visa a atender às novas demandas do setor elétrico para melhorar a integração das fontes renováveis, aumentar a resiliência da rede e acelerar a transição energética ao contar com um sistema de proteção, controle, automação, monitoramento, comunicação e gerenciamento de ativos totalmente digital.

• **ELETOBRÁS CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco**

A Eletrobras Chesf, concessionária de serviço público de energia elétrica, é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Tem como atividade principal a geração e a transmissão de energia elétrica, com foco de atuação na Região Nordeste.

A Eletrobras Chesf possui 12 Hidrelétricas, sendo 8 no Rio São Francisco, 2 no Rio Contas (BA), 1 no Rio Parnaíba (PI) e 1 no Rio Piancó (PB). Além das hidrelétricas, a Eletrobrás Chesf possui também 14 parques eólicos e 6 plantas de micro e minigeração geração fotovoltaica. A potência total instalada do parque gerador da Eletrobrás Chesf é de 10.460,43 MW. Possui também capacidade instalada total de 79.864,4 MVA de transformação em geração e transmissão, 22.042,90 km de linhas de transmissão e 143 subestações com tensões de até 550 kV.

Além disso, a Eletrobras Chesf possui participação em 3 de usinas hidrelétricas, 4 parques eólicos e 3 empreendimentos de transmissão (LT e SE), no formato de SPE - sociedade de propósito específico.

1.2.5 Missão

A IE GARANHUNS tem como missão ser uma Companhia transmissora de energia elétrica eficiente, que preste serviço público com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação de seus serviços.

1.2.6 Princípios e Valores

A IE GARANHUNS segue os princípios basilares da prestação de serviço público adequado e tem como valor o respeito a seus stakeholders.

1.2.7 Organização e Gestão

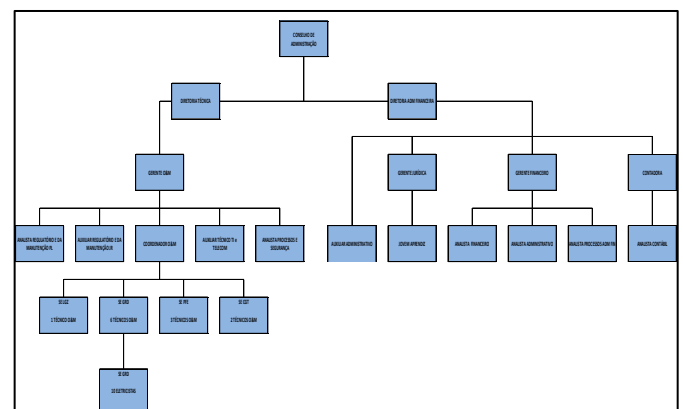
A IE GARANHUNS possui um quadro otimizado, com gestores de cada área de influência da Companhia (fundiário, jurídico, financeiro, contábil, engenharia - linhas de transmissão, engenharia - subestações, planejamento e controle), responsável por gerir e fiscalizar os trabalhos necessários para a operação e manutenção do empreendimento.

Por ter em seu quadro societário duas das maiores Companhias de transmissão de energia elétrica brasileiras, a IE GARANHUNS se beneficia da expertise de seus acionistas, de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas com o Poder Concedente e prestar o serviço adequado para seus clientes.

1.2.8 Organograma

Estes colaboradores respondem para uma Diretoria Colegiada, composta de um Diretor Técnico e um Diretor Administrativo Financeiro, conforme Figura 2:

Figura 2. Organograma da IE Garanhuns.



Por ter um quadro enxuto e concentrado na sede da Companhia e na subestação Garanhuns II, o relacionamento

entre funcionários é direto e desburocratizado, favorecendo o inter-relacionamento entre todas as áreas da Companhia.

1.3 Responsabilidade com Partes Interessadas

Quadro 1. Responsabilidade da Companhia e respectivas partes interessadas

Parte interessada	Detalhamento	Canal de Comunicação
Acionistas e investidores	Acionistas – ISA CTEEP e ELETROBRÁS CHESF	Relacionamento feito diretamente através da Diretoria da Companhia, membros do Conselho de Administração, indicados pelos acionistas e com os representantes dos acionistas, na área de governança/societário
Clientes	A Companhia, como uma transmissora tem como clientes diretos todos os Geradores, Distribuidores e Clientes Livres conectados na Rede Básica	ONS
Fornecedores		Cada fornecedor tem contato direto com o gestor do contrato, sendo que os contatos telefônicos e e-mail do porta-voz da Companhia e do fornecedor ficam especificados em cada contrato
Colaboradores		Contato pessoal direto, reuniões, e-mails e telefonemas
Órgãos públicos	MME, ANEEL, ONS, IBAMA, IPHAN, CPRH e outros	Através de correspondências e reuniões

Organizações ambientais e comunidade	Proprietários de imóveis onde estão instituídas as servidões administrativas	Distribuição de panfletos, canal telefônico gratuito (0800-602-3432), campanhas educativas e visitas de assistentes sociais
--------------------------------------	--	---

2. DIMENSÃO GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa da IE GARANHUNS materializa-se no ato de manter de forma organizada e registrada as atas de Conselho de Administração e Assembleia Geral, na forma disposta na legislação vigente e no Estatuto Social da Companhia, de modo que aquelas possam ser conferidas e auditadas por seus acionistas a qualquer tempo.

A IE GARANHUNS é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 04 membros titulares e 02 membros suplentes, sendo metade indicada pela acionista ISA CTEEP (51% do controle acionário) e a outra metade indicada pela acionista ELETROBRÁS CHESF (49% do controle acionário).

As reuniões do Conselho de Administração são bimestrais e tem por objeto a apresentação de matérias para aprovação, quando forem de competência desta instância interna, na forma disposta no Estatuto Social da Companhia, bem como a apresentação de informações de rotina das áreas técnicas e administrativo/financeiras.

Quadro 2. Composição do Conselho de Administração

CARGO	NOME	Mandato	
		INÍCIO	TÉRMINO
Presidente do Conselho	Luciana Condé Martins Soares da Costa	Mai-23	Abril-25
Vice-Presidente do Conselho	Rui Chammas	Mai-23	Abril-25
Conselheira Efetiva	Carisa Santos Portela Cristal	Mai-23	Abril-25
Conselheiro Efetivo	Flávio Henrique Batista Bezerra	Mai-23	Abril-25
Conselheiro Suplente	Wagner Yuji Okada	Mai-23	Abril-25
Conselheira Suplente	Rebecca Oliveira Xavier Santos	Ago-23	Abril-25

A Diretoria Executiva da Companhia é composta por dois membros, sendo um Diretor Administrativo Financeiro e um Diretor Técnico.

Quadro 3. Composição da Diretoria da IE Garanhuns

CARGO	NOME	Mandato	
		INÍCIO	TÉRMINO
Diretor Administrativo Financeiro	Roberto Sampaio Pires Ferreira	Abril-21	Abril-24
Diretor Técnico	Moacir Biazzo Aversi	Abril-21	Abril-24

A Administração da Interligação Elétrica Garanhuns S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresenta anualmente o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes. As Demonstrações estão sempre em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Para o exercício de 2023, as Demonstrações Financeiras da IE GARANHUNS foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. Os documentos da administração são publicados na forma prevista na lei das Sociedades Anônimas e Estatuto Social da Companhia).

3. DIMENSÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

3.1 RECEITA ANUAL PERMITIDA - RAP

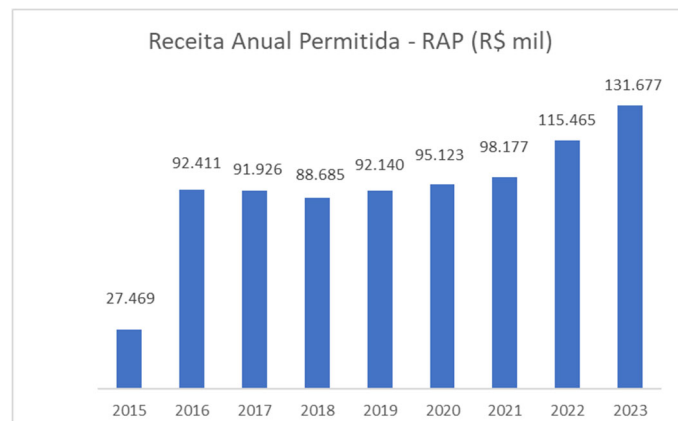
A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida como resultado do certame licitatório, Leilão 004/2011-ANEEL, e é anualmente atualizada nos meses de julho pela variação do IPCA, através de Resoluções Homologatórias. Também é previsto no Contrato de Concessão a aplicação de Revisão Tarifária Periódica, a cada 5 anos, tendo a primeira revisão sido realizada em julho de 2017, e a segunda em julho de 2023

Quadro 4. Revisão Tarifária Periódica da RAP

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP(*)	Índice de correção
022/2011	30	dez-41	68.900	IPCA

(*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original).

O valor da RAP projetada para o exercício de 2024 é de R\$ 147.098 mil.



3.2 Desempenho Econômico-Financeiro

a) Remuneração dos ativos da concessão

A receita pela remuneração dos ativos da concessão é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

b) Receita de infraestrutura

A receita relacionada a implementação da infraestrutura sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

c) Receita de operação e manutenção

Operação e Manutenção referem-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

d) Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura

Refletem as variações positivas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando conhecidos.

Figura 3. Receita Anual Permitida - RAP

Tabela 2. Receita Operacional Líquida 2023 x 2022

	2023	2022
Remuneração dos ativos da concessão	162.326	142.104
Receita de infraestrutura	72.871	31.765
Receita de operação e manutenção	18.330	18.226
Ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	3.272	-
Receita bruta	256.799	192.095
PIS	-4.316	-3.141
COFINS	-19.878	-14.464
ICMS	-11	-15
Taxas regulatórias (RGR,P&D, e TFSEE)	-5.673	-4.888
(-) Deduções da receita operacional	-29.878	-22.508
Receita operacional líquida	226.921	169.588

O Resultado Financeiro atingiu R\$ (4.759) mil em 2023, frente ao resultado de R\$ (5.570) mil em 2022.

Tabela 3. Resultado Financeiro 2023 x 2022

	2023	2022
Receitas financeiras	4.773	5.609
Receita de aplicações financeiras	4.541	5.452
Tributos sobre a receita financeira	-263	-244
Outras receitas financeiras	495	401
Despesas financeiras	-9.533	-11.179
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	-9.333	-11.011
Encargos sobre arrendamento	-	-1
Outros	-200	-167
Resultado financeiro	-4.759	-5.570

O Imposto de Renda e a Contribuição Social apresentou R\$ 21.002 mil em 2023 comparado a R\$ 29.499 mil em 2022.

Tabela 4. Imposto de Renda e Contribuição Social referente ao ano de 2023 x 2022.

	2023	2022
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	138.580	226.232
Alíquota nominal vigente de IR e CSLL (34%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	-47.117	-76.919

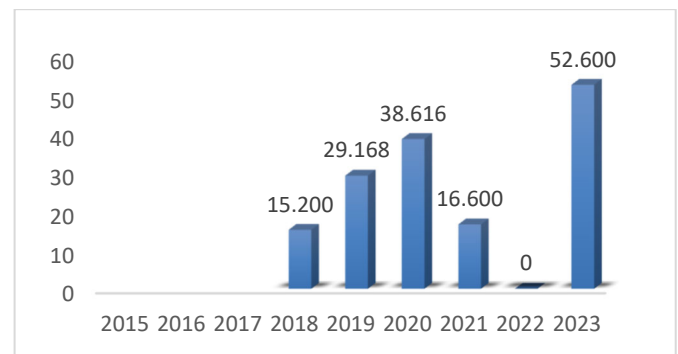
Adições (exclusões), líquidas	16.661	39.032
Incentivo fiscal - SUDENE	9.454	8.388
Imposto de renda e contribuição social	-21.002	-29.499
Corrente	-2.388	-2.167
Diferido	-18.614	-27.332
Total	-21.002	-29.499

Alíquota efetiva	15%	13%
------------------	-----	-----

3.3 Distribuição de Proventos

Em 2018, a Companhia fez, pela primeira vez, desembolso a título de distribuição de dividendos, no valor de R\$ 15.2 mil. Em 2023 foi distribuído R\$ 52.6 na forma de dividendos.

Figura 4. Distribuição de Proventos 2018-2023



O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal e reserva de incentivos fiscais conforme demonstrado na Tabela 5 e nos comentários seguintes:

Tabela 5. Distribuição de proventos 2023.

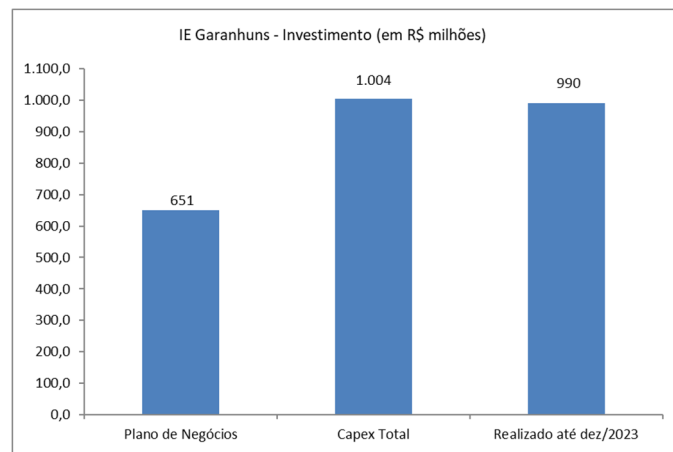
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	117.578	196.732
(-) Reserva legal	-5.879	-9.837
(-) Reserva de incentivo fiscal	-9.454	-8.388
Base de cálculo	102.245	178.507
Dividendos mínimos obrigatórios	25.561	44.627

- (i) **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) **Reserva especial de dividendos:** De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei.
- (iii) **Reserva de retenção de lucros:** A parcela remanescente do lucro líquido do exercício, após as distribuições e demais destinações estatutárias, permanecerá à disposição dos acionistas para futuras destinações.
- (iv) **Reserva de incentivo fiscal:** O valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), deve constituir reserva de capital da Companhia e só poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não podendo ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do benefício fiscal e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e demais penalidades cabíveis (art.19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77).

3.4 Investimentos na Concessão

Durante a Concessão os investimentos são de ordem contínua, com o objetivo em prestar serviço de excelência ao Sistema Integrado Nacional - SIN.

Figura 5. Investimentos cumulativos realizados até o ano de 2023.



3.5 Inadimplência Setorial

A IE GARANHUNS operou comercialmente suas instalações em 2023 emitindo cobranças no montante de R\$ 137.801 mil, para um total de 1.592 Agentes. Em dezembro de 2023 registramos uma inadimplência de R\$ 863 mil, valor equivalente a 0,63% do faturamento total de 2023. Em 2022 a inadimplência foi de 0,42% do faturamento anual.

4. BENEFÍCIOS FISCAIS

4.1 SUDENE

Em 29 de dezembro de 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0220/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o qual aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais (ver Tabela 4).

5. DIMENSÃO SOCIAL E SETORIAL

5.1 Relacionamentos Sociais-Externos

5.1.1 Clientes/Consumidores

A IE GARANHUNS encontra-se em plena atividade operacional. Os 10 (dez) principais clientes/consumidores são demonstrados na Tabela 6.

Tabela 6. Principais consumidores da IE Garanhuns

COD	CLIENTES	Valor (R\$ mil)
2019	CEMIG-D	7.223
2035	ELETROPAULO	6.546
2027	COPEL-D	6.494
3359	NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	5.398
2011	CELESC	4.975
2030	CPFL-D	4.887
3022	CHESF-G	4.181
2040	LIGHT-D	4.165
2025	COELBA-D	3.830
2001	RGE SUL (AES-SUL)	3.620

5.1.2 Fornecedores

A IE GARANHUNS sempre inclui em seus contratos cláusulas proibindo mão de obra infantil, trabalho irregular de adolescentes ou trabalho forçado/escravo, bem como exige a entrega de documentação que comprove o cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e ambientais, sob pena de rescisão contratual.

6. DIMENSÃO AMBIENTAL

O empreendimento da IE GARANHUNS se encontra com atividades operacionais em pleno andamento e mantém suas atividades no âmbito ambiental de modo a garantir que todos os programas ambientais e condicionantes expostos em suas licenças sejam cumpridos. Os principais tópicos são:

6.1 Programas Ambientais

O Programa de Gestão Socioambiental (PGSA) da IE Garanhuns constitui-se em um instrumento de gestão, que tem por objetivo garantir a correta gestão ambiental do empreendimento e o cumprimento ao atendimento à legislação ambiental. As ações que integram os diversos Programas Socioambientais constituem coordenação entre programas e o relacionamento entre as instituições direta ou indiretamente envolvidas com o empreendimento: esferas de governo, comunidades e agentes responsáveis pela operação e manutenção dele.

Estão sendo desenvolvidos 6 programas durante a operação do empreendimento, sendo eles:

- Comunicação Social;
- Educação Ambiental;
- Gerenciamento de Resíduos;
- Conservação da Faixa de Servidão, Caminhos de Serviços e SE Garanhuns;
- Conservação e Monitoramento da Fauna; e
- Atendimento a Emergências Ambientais

6.1.1. Comunicação Social e Educação ambiental

O Programa de Comunicação Social foi desenvolvido com o objetivo de divulgar informações orientativas sobre o convívio seguro das comunidades vizinhas ao empreendimento. O Programa prevê ações tanto de comunicação direta, por meio da realização de oficinas, reuniões ou encontros com as lideranças e as comunidades, como ações indiretas como a produção de material informativo e a divulgação do canal de comunicação 0800. São realizadas também visitas aos locais escolhidos para as oficinas de Educação Ambiental, a fim de agendar as possíveis datas para a execução das oficinas. A 7ª Campanha do Subprograma de Comunicação Social foi realizada entre os dias 23/02 e 02/03 de 2023, nos municípios que compõem o Grupo A, e entre os dias 03 a 06/04 de 2023, nos municípios que compõem o Grupo B onde todos os municípios foram atendidos satisfatoriamente, de modo que em todos os sítios, áreas urbanas, posto de saúde e escolas foram visitados e a população, mais uma vez, teve as informações de segurança de linhas e sobre queimadas, reforçadas

O Programa de Educação Ambiental tem objetivo de integrar as comunidades onde estão lotadas as linhas de transmissão com a natureza, promovendo conscientização, preservação e conservação ambiental.

O Programa prevê ações tanto nas escolas, quanto em Posto de Saúde da Família, Assentamentos e/ou Comunidades, que são materializadas por meio de oficinas, reuniões e/ou encontros com as lideranças.

A 7ª Campanha foi realizada no período de 27/03 a 30/03/23, nas comunidades do Grupo A (Jatobá, São João, Angelim,

Calçado e Lajedo) e as comunidades situadas no Grupo B, a campanha foi realizada de 02/05 a 05/05/2023, contemplando os municípios de Agrestina, Brejo da Madre de Deus e Paudalho. De maneira geral, a 7ª Campanha de Educação Ambiental apresentou as temáticas de Animais Nativos da Catinga, Tubarões e brinquedos recicláveis, para as escolas, Plantas Medicinais para o assentamento e comunidades de Lajedo e Calçado, e convivência segura com as Linhas Transmissão no Posto de Saúde da Família de Jatobá.

O resultado satisfatório das campanhas, firmou-se a partir do acolhimento e diálogo das escolas, Posto de Saúde e comunidades, todos ficaram visivelmente entusiasmados com o projeto, fortalecendo assim o vínculo entre a IE Garanhuns e a comunidade.

6.1.2 Gerenciamento de resíduos e Conservação da faixa de servidão

Dentre as principais preocupações da IE GARANHUNS, uma trata-se da gestão de resíduos sólidos, pois não é admitida a permanência de qualquer tipo de resíduo na faixa de servidão. O controle de resíduos sólidos tem por objetivo diminuir os riscos de contaminação do solo e dos corpos d'água pelo manuseio, tratamento e disposição inadequados dos resíduos sólidos gerados durante a operação.

De maneira geral, a gestão ambiental dos resíduos sólidos é pautada pelos seguintes aspectos:

- Conhecimento prévio dos resíduos que serão potencialmente gerados;
- Caracterização prévia dos resíduos segundo a norma NBR 10.004, a qual classifica os resíduos sólidos em Classe I (Perigoso), Classe II A (Não-inerte) e Classe II B (Inerte). A classificação será feita mediante análise laboratorial sempre que necessário e considerará os riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública;

- Definição dos procedimentos de coleta, armazenamento provisório e destinação final;
- Levantamento de possibilidades para destinação alternativa (reuso e reciclagem) de resíduos selecionados.

Foram realizadas duas visitas técnicas para observação e acompanhamento das atividades diárias realizadas nas duas Subestações, por meio da identificação dos resíduos que são gerados em cada etapa do processo e levantamento da gestão atual que está sendo aplicada. Como forma de melhorar o gerenciamento dos resíduos na SE Garanhuns, alguns pontos de melhorias foram identificados e, por essa razão, um treinamento será realizado, visando a aplicação de ações corretivas que resultem na implementação do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, conforme enquadramento da legislação vigente.

6.1.3 Conservação e Monitoramento da Fauna

O Subprograma de Conservação e Monitoramento da Fauna é considerado imprescindível para o registro e quantificação dos possíveis impactos ambientais gerados pela operação do empreendimento. O monitoramento da fauna permitirá um melhor conhecimento da estrutura das comunidades alvo na área de estudo e, possivelmente, a forma como elas respondem à implantação e operação do empreendimento. As atividades relacionadas à fauna são divididas em três programas: Programa de Monitoramento de Fauna; Programa de Monitoramento de Colisão de Avifauna e Programa de Afugentamento de Fauna.

Após a realização de seis campanhas de monitoramento de fauna foram registradas 34 espécies de mamíferos, pertencentes a 17 famílias e sete ordens, sendo 377 espécimes de 20 espécies de pequeno porte e outros 374 indivíduos de 14 espécies de mamíferos de médio e grande porte. Essa diversidade registrada pode ser considerada bastante relevante e acima da média observada em levantamentos semelhantes.

No decorrer dos três anos de monitoramento realizados ao longo das quatro linhas de transmissão aqui estudadas, foi possível observar uma avifauna típica de ambientes abertos com vegetação arbustiva em meio a uma matriz antrópica. Com base no principal objetivo do Programa de Monitoramento de Colisão de Aves com Linhas de Transmissão, destaca-se a ocorrência de espécies de aves associadas a corpos aquáticos temporários, como lagoas e riachos, geralmente circundadas por área de pastagem ou cultivo.

Um total de 54 espécies com potencial de colisão foram registradas durante os três anos de monitoramento da avifauna.

6.1.4 Atendimento a Emergências Ambientais

O Plano de Atendimento à Emergências Ambientais – PAE, tem como objetivo primordial o desencadeamento de ações para obter a resposta imediata a eventos adversos que possam ocorrer nas áreas sob a influência das Linhas de Transmissão e Subestação Garanhuns II, administrada pela IE Garanhuns, no sentido de eliminar ou minimizar os efeitos de adversidades decorrentes das atividades operacionais e de manutenção dos empreendimentos.

O PAE apresenta os procedimentos e estratégias a serem utilizadas em situações emergenciais envolvendo linhas de transmissão, prevendo recursos materiais e humanos necessários, assim como, a adoção de linhas de resposta, conjunta e organizada, quando da iminente e real ocorrência das tipologias acidentais possíveis.

Para a execução do Plano, são previstas a identificação dos riscos constantes, baseada no histórico de acidentes típicos, ocorrências anormais e nas hipóteses acidentais. As equipes que compõem o plano recebem treinamento, principalmente ao combate a princípio de incêndio, preservação do meio ambiente e primeiros socorros.

Outras 04 situações emergenciais foram adicionadas neste novo treinamento, a fim de atender às necessidades do empreendimento, de acordo com demandas coletadas nos treinamentos anteriores, somando 8 situações, sendo elas:

- Queimadas na faixa de servidão e áreas adjacentes;
- Incêndio nos transformadores das Subestações;
- Situações de vazamento de óleo dos transformadores das Subestações;
- Quedas de estruturas ou rompimento de cabos das Linhas de Transmissão de 500kV e 230 kV.
- Derramamento de soluções ácidas nas áreas do sistema de baterias da SE;
- Acidente de queda de altura;
- Choque elétrico;
- Acidente com animais peçonhentos.

Cada uma dessas situações foi abordada na apresentação, utilizando-se recursos visuais (apresentação de slides em datashow). Durante a apresentação, foram realizadas várias trocas de saberes e informações necessárias descritas em campo pelas equipes das SE's. Os participantes também puderam tirar dúvidas e interagir com o assunto que estava sendo abordado, promovendo bom desenrolar de conteúdo.

As atividades foram desenvolvidas entre os dias 12 e 13 de dezembro de 2023 nas duas SE's, tendo sido realizada uma explanação sobre o cenário de derramamento de óleo em áreas dentro da abrangência das LT's e das SE's, com parte prática também sendo aplicada.

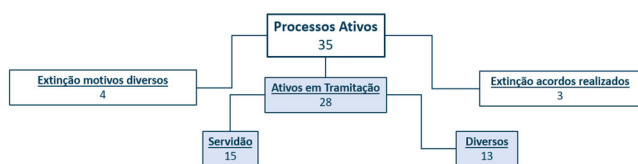
Na ocasião foi apresentado o PAE e seus procedimentos, enfatizando a importância de todos terem conhecimento sobre a existência dele. A interação e participação dos técnicos foi bastante necessária, tendo em vista a vivência em campo de todos. O interesse pelo conteúdo do Plano foi muito apreciado por todos, que demonstraram uma necessidade de aprendizado sobre o tema repassado. Os procedimentos descritos no PAE foram evidenciados de forma detalhada, para que ficassem claras as ações previstas em cada uma das situações de emergências.

7. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA / JURÍDICA

O empreendimento da IE Garanhuns perpassou por 2.581 propriedades, onde 81% das liberações ocorreram de forma amigável, enquanto 19%, ou seja, 492 propriedades, foram demandadas judicialmente em 245 ações de instituição de Servidão para discussão do quantum indenizatório.

Ao longo dos últimos anos, a IE Garanhuns desenvolveu políticas de acordos e trabalha incansavelmente para zerar o seu passivo fundiário, pagando o justo valor aos proprietários pelo direito de passagem das Linhas de Transmissão nas propriedades que foram afetadas pelo empreendimento.

Com os acordos realizados, os resultados estão sendo exitosos para Companhia, que reduz consideravelmente o eventual incremento do custo do CAPEX (dos juros e atualizações dos valores contingenciados). No último ano foram encerradas **17** ações, estando atualmente a IE Garanhuns com **35** ações ativas distribuídas em **21** Comarcas, onde, atualmente, **5** estão em fase de finalização (Acordo). **Figura 6** – Quantitativo das ações judiciais em andamento para estabelecimento da faixa de servidão.



Ressalta-se que todos os processos de servidão estão com valores contingenciados, com base em perícia realizada por Assistente Técnico contratado pela Companhia, de forma a manter valores provisionados, auxiliando uma rápida tomada de decisão para realização de acordo.

8. INDICADORES DE DESEMPENHO

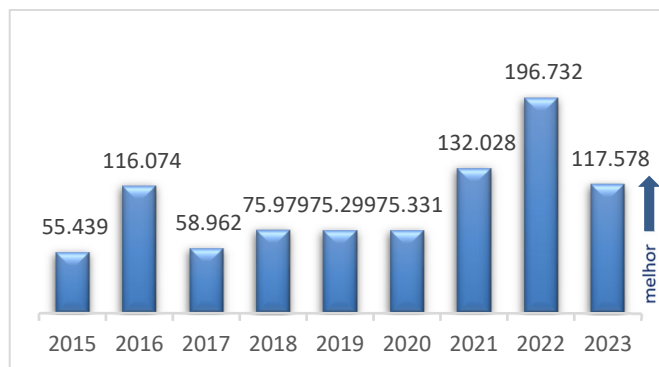
8.1. Indicadores de desempenho econômico-financeiro

8.1.1. Resultado do exercício

A IE Garanhuns registrou no exercício de 2023 lucro de R\$ 117,578 milhões representando uma redução de 40,2% em relação a 2022, decorrente de ajustes da RTP sobre o ativo

contratual, ocorrido apenas em 2022, e elevação dos custos de implementação da infraestrutura devido a implantação de projeto de melhoria em 2023.

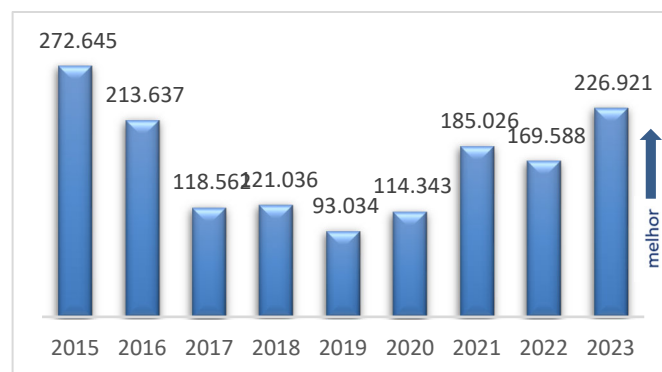
Figura 7 – Resultado do Exercício 2015 a 2023 (milhões).



8.1.2. Receita Operacional Líquida - ROL

A receita operacional líquida (ROL), que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, apresentou incremento de 33,8% em relação ao exercício anterior. Este acréscimo foi decorrente do aumento da remuneração dos ativos de Concessão e da receita da infraestrutura, decorrentes da implantação dos empreendimentos autorizados pela ANEEL.

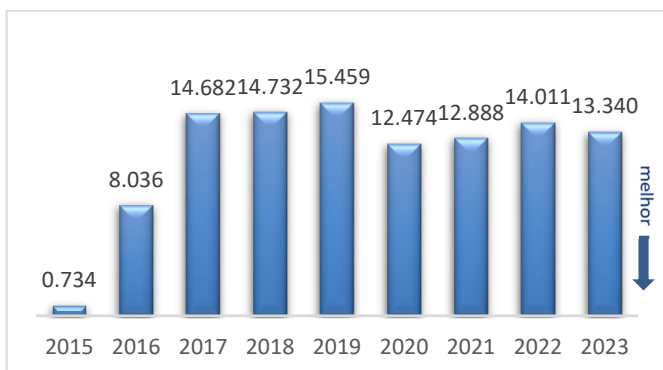
Figura 8 – Receita Operacional Líquida 2015 a 2023 (milhões)



8.1.3. PMSO

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$13,340 no exercício de 2023, apresentando uma redução de 4,8% em relação ao exercício anterior. Tal redução foi decorrente do uso das equipes próprias na fiscalização e comissionamento dos empreendimentos autorizados pela ANEEL, tendo as despesas associadas sido classificadas como CAPEX.

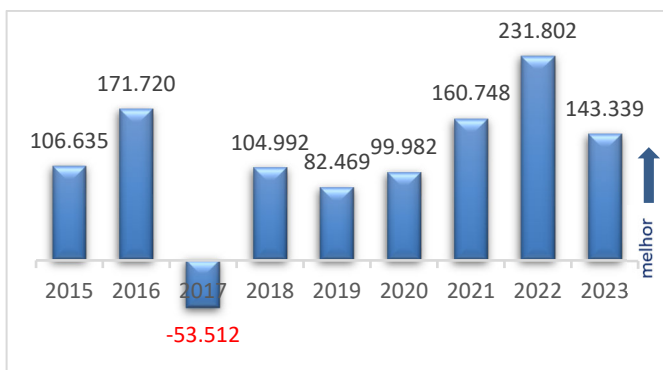
Figura 9 – PMSO 2015 a 2023 (milhões).



8.1.4. EBITDA IFRS

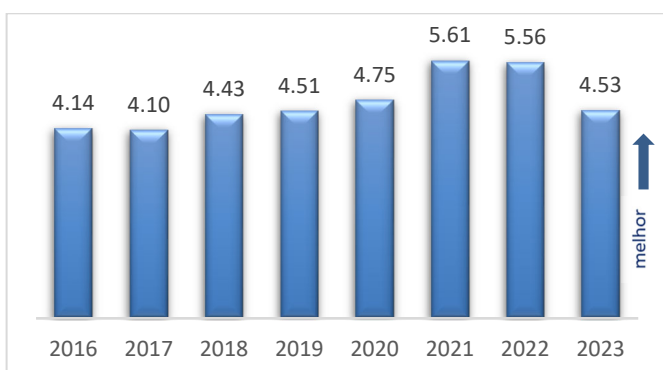
A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA, foi de R\$143,339 em 2023, contra o montante de R\$ 231,802 em 2022. Esta redução de 38,2% é decorrente de ajustes da RTP sobre o ativo contratual, ocorrido apenas em 2022, e elevação dos custos de implementação da infraestrutura devido a implantação de projeto de melhoria em 2023.

Figura 10 – EBITDA 2015 a 2023 (milhões).



8.1.5. Rentabilidade – TIR Acionista (Real)

Figura 11 –TIR Acionista (Real) 2015 a 2023 (%).



8.2. Indicadores de desempenho operacional

8.2.1. Parcela variável - PV

Indica o desconto da Receita Anual Permitida – RAP das funções de transmissão, devido a indisponibilidade dos equipamentos da Rede Básica das concessões da IE Garanhuns, conforme legislação ANEEL. O acréscimo no desconto, em relação a 2022, foi motivado pelo desligamento de alguns ativos ocorridos durante as obras de implantação dos eventos autorizados pela ReA 10.923/21.

Figura 12 – Descontos de PV 2016 a 2023 (milhões).

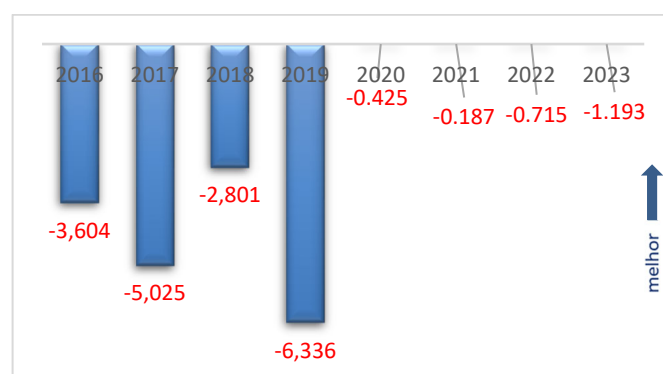
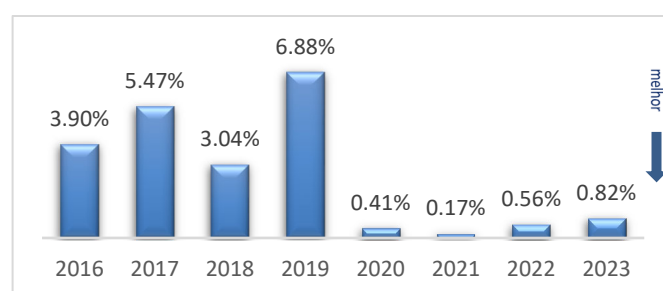


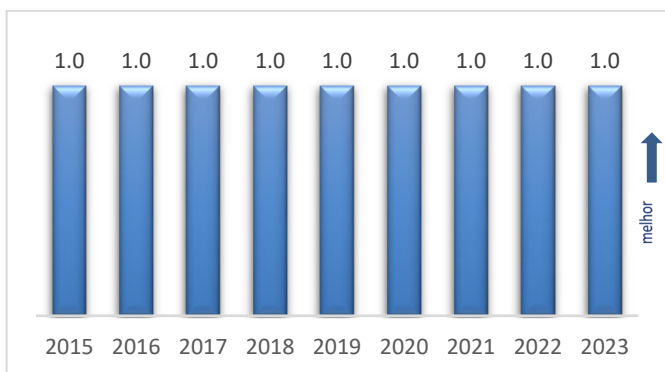
Figura 13 – Percentual de descontos sobre a RAP 2016 a 2023.



8.2.2. Indicador de robustez do sistema - IRS

Avalia a capacidade dos ativos de concessão da IE Garanhuns pertencentes à Rede Básica suportarem contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica (perda de carga). Em 2023 este indicador foi mantido em seu valor máximo.

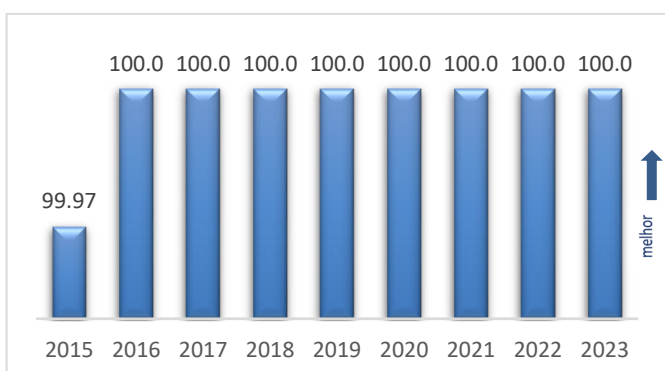
Figura 14 – Índice de Robustez do Sistema (%).



8.2.3. Indicador de disponibilidade de transformadores - IDT

Indica a disponibilidade dos transformadores pertencentes à Rede Básica dos ativos de concessão da IE Garanhuns em intervalos anuais. Em 2023 este indicador foi mantido em seu valor máximo.

Figura 15 – Índice de Disponibilidade de Transformadores (%)



8.2.4. Indicador de disponibilidade de linhas de transmissão - IDLT

Indica a disponibilidade das Linhas de Transmissão dos ativos de concessão da IE Garanhuns em intervalos anuais. Em 2023 este indicador foi mantido em seu valor máximo.

Figura 16 – Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão (%)



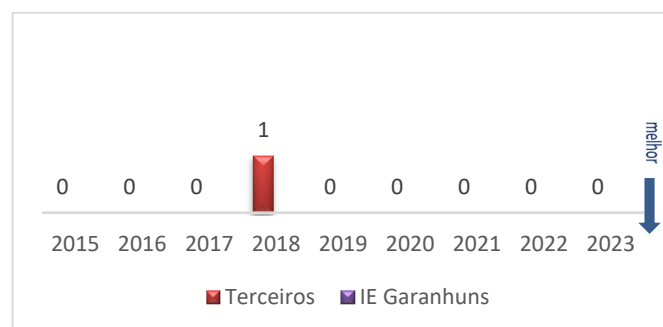
8.2.5. Desligamentos por 100 km de LT

Figura 17 – Percentual de desligamentos por 100km de LT



8.2.6. Frequência de acidentes

Figura 18 – Quantidade de acidentes no quadro próprio e terceiros.



9. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a IE GARANHUNS informa que não possui outros contratos com seus auditores, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., que não estejam

relacionados com a auditoria das Demonstrações Contábeis.

10. ENCERRAMENTO E AGRADECIMENTOS

A Administração da IE GARANHUNS, ciente do papel da Companhia, de ser a responsável pela Operação e Manutenção do empreendimento, um projeto de grande relevância no setor de energia elétrica brasileira, garantindo reforço na capacidade de transmissão e aumento da segurança e confiabilidade do sistema de transmissão da Região Nordeste e de todo Sistema Interligado Nacional, beneficiando milhares de brasileiros e alcançando o objetivo de participar ativamente dessa extensa e confiável malha energética, agradece a confiança de seus acionistas e conselheiros, a participação efetiva de fornecedores, financiadores e órgãos governamentais na implantação do Empreendimento e a colaboração de seus empregados e corpo técnico das Companhias dos acionistas pelos resultados alcançados durante o exercício de 2023, conforme relatado neste documento.

Roberto Sampaio Pires Ferreira

Diretor Administrativo Financeiro

Moacir Biazzo Aversi

Diretor Técnico

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima

Contador

CRC nº 1 SP 257330/O-5

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.066	3.399	Fornecedores	8	13.780	8.920
Aplicações Financeiras	4	11.047	41.207	Empréstimos e financiamentos	9	19.170	28.583
Concessionárias e permissionárias		10.103	12.893	Tributos a recolher	6	3.576	1.656
Tributos a recuperar	6	4.217	4.427	Dividendos a pagar	14	25.561	44.627
Estoques		2.948	3.353	Outras contas a pagar	10	5.170	4.344
Ativo da concessão	7	112.576	107.539	Total dos passivos circulantes		<u>67.257</u>	<u>88.130</u>
Outros créditos		188	46				
Total dos ativos circulantes		<u>143.145</u>	<u>172.864</u>	NÃO CIRCULANTES			
NÃO CIRCULANTES				Empréstimos e financiamentos	9	75.386	93.289
Caixa Restrito	5	6.554	10.533	Provisão para demandas judiciais	13	7.535	6.096
Ativo da concessão	7	1.357.443	1.247.419	Pis e Cofins Diferidos	11	135.961	125.333
Imobilizado		7.266	7.644	IR e CSLL Diferidos	12	119.550	100.937
Total dos ativos não circulantes		<u>1.371.263</u>	<u>1.265.596</u>	Total dos passivos não circulantes		<u>338.432</u>	<u>325.655</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14	570.000	570.000
				Reserva de lucros		538.719	454.675
				Total Patrimônio líquido		<u>1.108.719</u>	<u>1.024.675</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.514.408</u></u>	<u><u>1.438.460</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.514.408</u></u>	<u><u>1.438.460</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	15	226.921	169.588
Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	16	(75.287)	(39.477)
LUCRO BRUTO		<u>151.634</u>	<u>130.111</u>
Receita - Revisão Tarifária Periódica (líquida)		-	103.932
Despesas Gerais e Administrativas	17	(8.303)	(3.114)
Outras receitas operacionais líquidas	18	8	872
Total		<u>(8.295)</u>	<u>101.690</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>143.339</u>	<u>231.801</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita Financeira	19	4.774	5.609
Despesa financeira	19	<u>(9.533)</u>	<u>(11.179)</u>
		<u>(4.759)</u>	<u>(5.570)</u>
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>138.580</u>	<u>226.231</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	12	(2.388)	(2.167)
Diferido	12	<u>(18.614)</u>	<u>(27.332)</u>
		<u>(21.002)</u>	<u>(29.499)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>117.578</u>	<u>196.732</u>
Lucro por ação		0,21	0,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	117.578	196.732
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>117.578</u>	<u>196.732</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de Lucros			Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total
		Reserva Legal	Incentivos Fiscais	Retenção de Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	570.000	28.696	24.339	218.990	1.049	-	843.074
Dividendos de exercícios anteriores não distribuídos	-	-	-	-	29.496	-	29.496
Complemento de reserva de incentivos fiscais	-	-	(24)	-	-	24	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	196.732	196.732
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal	-	9.837	-	-	-	(9.837)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	8.388	-	-	(8.388)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(44.627)	(44.627)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	133.904	-	(133.904)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>570.000</u>	<u>38.533</u>	<u>32.703</u>	<u>352.894</u>	<u>30.545</u>	<u>-</u>	<u>1.024.675</u>
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(7.973)	-	(7.973)
Ajuste de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	117.578	117.578
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal	-	5.879	-	-	-	(5.879)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	9.454	-	-	(9.454)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(25.561)	(25.561)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	76.684	-	(76.684)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>570.000</u>	<u>44.412</u>	<u>42.157</u>	<u>429.578</u>	<u>22.572</u>	<u>-</u>	<u>1.108.719</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Nota explicativa	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		117.578	196.732
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa			
Depreciação	17	629	581
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	9.333	11.011
Rendimento de aplicações financeiras	19	(4.541)	(5.452)
Ativos da concessão (receita de infraestr., remuneração ativos da concessão e ganho de eficiência)	7	(162.326)	(152.343)
Baixa de imobilizado		229	367
Imposto de renda e contribuição social diferidos		18.613	27.332
PIS e Cofins diferidos		10.628	16.511
Constituição (reversão) de provisão para contingências		2.609	(1.545)
		<u>(7.248)</u>	<u>93.194</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e permissionárias		2.790	(3.941)
Tributos a recuperar		210	(1.318)
Estoques		405	188
Ativo de concessão		47.265	88.369
Ativo de concessão (RTP)		-	(114.526)
Outros créditos		(142)	265
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		4.860	(3.004)
Tributos a recolher		4.309	2.159
Demandas judiciais (funditário)		(1.170)	(2.585)
Outras contas a pagar		827	879
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(2.389)	(2.120)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>49.717</u>	<u>57.560</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		34.701	(11.308)
Caixa restrito		3.979	168
Aquisição de imobilizado		(480)	(3.465)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		<u>38.200</u>	<u>(14.605)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal e juros de financiamentos	9	(36.650)	(43.032)
Dividendos pagos	13	(52600)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(89.250)</u>	<u>(43.032)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1.333)</u>	<u>(77)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		3.399	3.476
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		2.066	3.399
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1.333)</u>	<u>(77)</u>

(Valores expressos e milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Objeto social

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (“Companhia”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, em 22 de setembro de 2011, com o propósito específico de exploração de ativos de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Concessões

A Companhia assinou Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011, em 9 de dezembro de 2011, para Implantação e Exploração das Instalações de Transmissão constantes do “Lote L”, do Leilão ANEEL nº 004/2011.

O leilão teve como objeto a concessão do Sistema de Transmissão, composto por 8 (oito) Linhas de Transmissão e 2 (duas) Subestações conforme descrito a seguir:

- Subestação Pau Ferro 500/230 kV - 1.500 MVA, ampliação das Subestações Luiz Gonzaga 500 kV e Campina Grande III 500 kV, além de um vão de entrada de linha 230 kV na Subestação Angelim I.
- Subestação Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA.
- Linha de Transmissão 500 kV Luiz Gonzaga - Garanhuns C2, circuito simples (218 km).
- Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns - Pau Ferro, circuito simples (209 km).
- Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns - Campina Grande III, circuito simples (194 km).
- Linha de Transmissão 230 kV Garanhuns - Angelim I, circuito simples (12 km).
- Quatro linhas de transmissão na extensão de 170,2 km foram implantadas pela Companhia e transferidas para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, por obrigação do contrato de concessão.
- Seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III - Angelim C2 e C3 - circuito duplo, no Estado de Pernambuco, com extensão de 2 km (2 x 1 km).
- SE Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA, no Estado de Pernambuco.
- SE Pau Ferro 500/230 kV - 1500 MVA, localizada no Estado de Pernambuco.

O empreendimento está localizado em 51 municípios, distribuídos nos Estados de Pernambuco (89%), Alagoas (6%) e Paraíba (5%).

Municípios atendidos:

- a) Pernambuco: Petrolândia, São João, Escada, Jatobá, Angelim, Cabo de Santo Agostinho, Tacaratu, Jupi, Vitória de Santo Antão, Calçado, Chã de Alegria, Lajedo, Glória do Goitá, Bezerras, Gravatá, Camocim de São Félix, Itaíba, Cachoeirinha, Canhotinho, Paudalho, Tupanatinga, Tacaimbó, Ibirajuba, Tracunhaém, Passira, Buíque, Lagoa de Itaenga, Carpina, Belo Jardim, Jurema, Araçoiaba, Águas Belas, Brejo da Madre de Deus, Panelas, Igarassu, Pedra, Caruaru, Altinho, Paranatama, Taquaritinga do Norte, Agrestina, Caetés, São Joaquim do Monte e Garanhuns.
- b) Paraíba: Riacho de Santo Antônio, Alcantil, Queimadas, Barra de Santana e Campina Grande.
- c) Alagoas: Mata Grande e Canapi.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias.

Contrato de concessão

<u>Número</u>	<u>Prazo (anos)</u>	<u>Vigência até</u>	<u>RAP (*)</u>	<u>Índice de correção</u>
022/2011	30	09/12/2041	R\$ 68.900	IPCA

(*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original).

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo tarifário atual (julho/23 a junho/24), conforme a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 e estabelecido em cláusula no Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011 foi de R\$132.138 (R\$127.189 no período de julho/22 a junho/23).

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 06 de fevereiro de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 20.

2.3. Moeda funcional e apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo de concessão, constituição e análises quanto à realização ou liquidação de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e fundiários.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação, classificação de receitas por obrigação de performance, entre receitas de implementação de infraestrutura, remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo de capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

2.5 Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

- Receita de implementação da infraestrutura

A receita de implementação da infraestrutura é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de implementação da infraestrutura está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de implementação da infraestrutura resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativo da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

- Receita de remuneração dos ativos de concessão
O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47 (já considerando as orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020), a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa implícita de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da concessão (custo médio ponderado do capital da Companhia (WACC)).
- Receita de operação e manutenção
A receita de O&M é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

c) Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Em 29 de dezembro de 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0220/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) onde aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da Companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

d) Imposto de renda e contribuição social – diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

e) PIS e Cofins – diferidos

O PIS e a Cofins diferidos incidem sobre a receita de implementação de infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão que remunera o ativo contratual. O recolhimento de tais tributos ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo contratual.

f) Taxas regulamentares sobre a receita

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica “Taxas regulamentares” no balanço patrimonial e como deduções da receita na demonstração do resultado.

Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

g) Subvenções

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado.

h) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Classificação e mensuração

De acordo com o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

De acordo com o CPC 48, a Companhia aplica o modelo de perdas esperadas aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(ii) Baixa de ativos financeiros

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

i) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

j) Ativo da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e ainda orientações contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção.

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGPM.

A Companhia pode ser capaz de determinar uma taxa que reflita as características de crédito da parte que recebesse financiamento no contrato, bem como qualquer garantia prestada pela Companhia ao poder concedente, incluindo ativos transferidos no contrato. A Companhia utiliza taxa implícita de financiamento para desconto do fluxo do ativo de concessão e registra as receitas de financiamento desse fluxo em seu resultado operacional.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por ter o direito a contraprestação ainda condicionado a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

k) Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº. 367, de 2 de junho de 2009.

l) Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para a redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos, na data dos balanços patrimoniais.

m) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

n) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicáveis, as provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

A Companhia possui provisão para demandas judiciais conforme a nota explicativa nº 12 cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável”.

o) Redução ao valor recuperável

A administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

p) Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

q) Ativos não financeiros

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a administração concluiu que não há indicativos de perda de valor e que, portanto, não há necessidade de conduzir os testes de redução ao valor recuperável.

r) Normas e interpretações novas e revisadas

Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”)	IAS 12	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	2	2
Bancos	2.064	3.397
	<u>2.066</u>	<u>3.399</u>

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fundos de investimentos DI Xavantes	11.047	41.207
	<u>11.047</u>	<u>41.207</u>

O Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI é um fundo exclusivo da acionista ISA CTEEP, com liquidez imediata, controlado pelo Banco Itaú, constituído para investimento da ISA CTEEP, suas controladas e controladas em conjunto. O fundo registrou um rendimento acumulado de 12,47% (13,43% em 31 de dezembro de 2022), com 95,57% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (108,40% em 31 de dezembro de 2022).

5. CAIXA RESTRITO

O saldo de caixa restrito refere-se a contas de reserva vinculadas ao financiamento da Companhia junto ao BNDES, que conforme parágrafo sexto da cláusula nona Cessão Fiduciária, refere-se à conta reserva, equivalente a 2 (duas) prestações mensais do contrato de financiamento para a cessão fiduciária, em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa nº 9), até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, previstas para ocorrer em 15 de dezembro de 2028.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do caixa restrito é R\$ 6.554 (R\$ 10.533 em 31 de dezembro de 2022).

6. TRIBUTOS A RECUPERAR E A RECOLHER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Ativo:</u>		
IRRF sobre aplicações financeiras	2.632	2.496
IRPJ retido na fonte	1.021	1.475
Outros	<u>564</u>	<u>456</u>
	<u>4.217</u>	<u>4.427</u>
<u>Passivo:</u>		
PIS a recolher	256	221
COFINS a recolher	1.205	1.032
Outros tributos a recolher	<u>2.115</u>	<u>403</u>
	<u>3.576</u>	<u>1.656</u>

7. ATIVO DE CONCESSÃO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo contratual		
Implementação da infraestrutura (a)	1.470.019	1.354.958
Circulante	112.576	107.539
Não circulante	1.357.443	1.247.419

- (a) Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis). Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	1.354.958	1.176.457
Remuneração dos ativos da concessão (Nota 15)	162.326	152.343
Receita de infraestrutura (Nota 15)	72.871	32.649
Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura (Nota 15)	3.272	-
Realização da RAP	(123.408)	(109.895)
Receita - Revisão Tarifária Periódica	-	114.526
Baixa Projetos sem RAP (Nota 15)	-	(11.122)
Saldo final	<u>1.470.019</u>	<u>1.354.958</u>

Revisão Tarifária Periódica (RTP)

Em julho de 2022, ocorreu a atualização da Receita Anual Permitida (RAP) referente ao ciclo com vigência de julho de 2022 a junho de 2023, por conta da Revisão Tarifária Periódica, efetuada a cada 5 anos, conforme a Resolução Homologatória nº 3.050/2022 e estabelecido em cláusula no Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011. Como resultado dessa revisão, foram identificados alguns fatores que afetaram a remuneração (RAP) a ser considerada prospectivamente nos fluxos futuros de receita da Companhia, ocasionando um aumento no valor presente do ativo contratual, conforme indicado na movimentação acima. Os principais aspectos relacionados a revisão tarifária periódica compreendem o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória;
 - b) dos custos operacionais eficientes;
 - c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
 - d) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.
- A projeção para os próximos 12 meses da RAP será de R\$ 143.987.

Baixa de projetos sem RAP

Em junho de 2022, a SGT/ANEEL emitiu uma Nota Técnica 91/2022 sobre a análise das contribuições da consulta pública 9/2022, referente a Revisão da Receita Anual Permitida - RAP onde a Companhia solicitou ao agente regulador receita associada a gastos com projetos de melhoria no empreendimento. A ANEEL não acatou oferecer essa receita na Revisão Tarifária do ciclo 2022/2023. Dessa forma, a Companhia registrou a baixa das melhorias reconhecidas no ativo de concessão em contrapartida da receita de implementação de infraestrutura e remuneração dos ativos de concessão.

8. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores refere-se, basicamente, às compras de materiais e serviços para implementação, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, além de valores de parcela variável a pagar ao Operador Nacional do Sistema, e está assim representado:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores de materiais e serviços	7.217	2.357
Parcela variável a pagar	6.563	6.563
	<u>13.780</u>	<u>8.920</u>

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (1)		
Principal	94.444	121.728
Encargos	<u>308</u>	<u>384</u>
	94.752	122.112
(-) Custos de transação	<u>(196)</u>	<u>(240)</u>
Total	<u><u>94.556</u></u>	<u><u>121.872</u></u>
Circulante	19.170	28.583
Não circulante	75.386	93.289

(1) Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R\$357.440, obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ser pago em prestações mensais, com vencimentos até dezembro de 2028. Com exceção do subcrédito B que teve seu vencimento findo em agosto 2022, conforme contrato. Os encargos financeiros incidentes sobre a dívida são:

<u>Parcela</u>	<u>Valor original</u>	<u>Indexador</u>	<u>Spread (% a.a.)</u>
Subcrédito A	234.978	Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP	2,05
Subcrédito B	120.686	Pré-fixado	3,50
Subcrédito C	1.776	Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP	-

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão nº 022/2011-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia contabilizou os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de empréstimos e são amortizados conforme prazo de vencimento dos empréstimos. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão representados a seguir:

<u>Vencimento por exercício:</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
2023	-	28.569
2024	19.158	18.661
2025	18.850	18.661
2026	18.850	18.661
2027	18.849	18.661
2028	<u>18.849</u>	<u>18.659</u>
	<u><u>94.556</u></u>	<u><u>121.872</u></u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está assim representada:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	121.872	153.893
Juros incorridos	9.333	11.011
Amortização de principal e juros	<u>(36.649)</u>	<u>(43.032)</u>
Saldo final	<u>94.556</u>	<u>121.872</u>

Conforme o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 13.2.1172.1 firmado entre o BNDES e a Companhia na cláusula décima sexta (Fiança) no parágrafo terceiro no item D, é previsto que a Companhia deve atingir ICSD Índice de Cobertura do Serviço da Dívida cumpra no período de 12 meses anteriores o valor mínimo de 1,3. Na data base dessas demonstrações contábeis, a Companhia cumpriu o índice.

10. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Taxas regulamentares (RGR, P&D e TFSEE)	4.273	3.348
Outras contas a pagar	<u>897</u>	<u>996</u>
	<u>5.170</u>	<u>4.344</u>

11. PIS E COFINS DIFERIDOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pis e Cofins diferidos	<u>135.961</u>	<u>125.333</u>
	<u>135.961</u>	<u>125.333</u>

As contribuições de PIS e COFINS incidem sobre a receita de implementação e remuneração dos ativos da concessão, que remunera o ativo contratual. O total destes tributos é R\$ 135.961 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 125.333 em 31 de dezembro de 2022). O recolhimento ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e liquidação do ativo contratual, conforme previsto na Lei nº 12.973/14

A movimentação do período é conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	125.333	108.822
PIS/COFINS diferido sobre:		
Remuneração dos ativos da concessão	15.000	14.092
Receita de Infraestrutura	6.741	3.020
Receita de O&M	1.695	1.686
Ganho de eficiência	303	-
Receita – Revisão Tarifária Periódica	-	10.594
Baixa Projetos sem RAP	-	(1.029)
Realização da RAP	<u>(13.111)</u>	<u>(11.851)</u>
Saldo final	<u>135.961</u>	<u>125.333</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

(a) Reconciliação alíquota efetiva:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	138.580	226.232
Alíquota nominal vigente de IR e CSLL (34%)	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social esperada	(47.117)	(76.919)
Adições (exclusões), líquidas	16.661	39.032
Incentivo fiscal - SUDENE	<u>9.454</u>	<u>8.388</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(21.002)</u>	<u>(29.499)</u>
Corrente	(2.388)	(2.167)
Diferido	<u>(18.614)</u>	<u>(27.332)</u>
Total	<u>(21.002)</u>	<u>(29.499)</u>
Alíquota efetiva	15%	13%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido passivo é decorrente dos resultados da operação da implementação de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão (ICPC 01 e CPC 47) reconhecidos por competência, que serão oferecidos a tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto no artigo nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700 e Lei nº 12.973/14. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo registrado de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos é de R\$119.550 (R\$100.937 em 31 de dezembro de 2022).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são calculados levando em consideração a taxa efetiva de 15,25% até o exercício de 2025, quando termina o incentivo fiscal da Companhia. Após isto, a taxa efetiva passa para 34%.

A composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Efeitos do ICPC 01 e CPC 47 (i)	117.008	110.714
Provisão para demandas judiciais	(1.371)	(2.585)
Prejuízo fiscal e base negativa	1.279	(10.095)
Outros	<u>2.634</u>	<u>2.903</u>
Passivo fiscal diferido, líquido	<u>119.550</u>	<u>100.937</u>

(i) Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para a prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão, reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação, à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e nº 36 da Lei nº 12.973/14.

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Administração da Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Provável	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fundiário	7.535	6.096
	<u>7.535</u>	<u>6.096</u>

Durante o período de 2023, a Companhia realizou pagamentos das ações indenizatórias movidas contra a Companhia pela instituição de servidão administrativa em terrenos de terceiros para construção de linhas de transmissão de energia, os quais estavam provisionados nas demonstrações financeiras.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2023, processos administrativos tributários, fundiário e regulatórios em andamento, que totalizam aproximadamente R\$ 9.262 (R\$ 6.059 em 31 de dezembro de 2022), os quais foram avaliadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, não existindo assim, provisão para perda registrada nas demonstrações financeiras para esses processos.

A movimentação do exercício para os processos com probabilidade de perda provável é conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	6.096	10.271
Reversões de provisões	(475)	(1.546)
Pagamentos	(1.170)	(2.585)
Constituição de provisões	3.084	-
Saldo final	<u>7.535</u>	<u>6.096</u>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R\$570.000, representado por 570.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital social autorizado de R\$600.000.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

	Quantidade de ações	%
<u>Acionista</u>		
CTEEP	290.700	51%
CHESF	279.300	49%
	<u>570.000</u>	<u>100%</u>

b) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva especial de dividendos: De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei.
- (iii) Reserva de retenção de lucros: A parcela remanescente do lucro líquido do exercício, após as distribuições e demais destinações estatutárias, permanecerá à disposição dos acionistas para futuras destinações.
- (iv) Reserva de incentivo fiscal: O valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), deve constituir reserva de capital da empresa e só poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não podendo ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do benefício fiscal e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e demais penalidades cabíveis (art.19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.298/77).

c) Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	117.578	196.732
(-) Reserva legal	(5.879)	(9.837)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(9.454)	(8.388)
Base de cálculo	<u>102.245</u>	<u>178.507</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>25.561</u>	<u>44.627</u>

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar estão representadas a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Dividendos aprovados anos anteriores	44.627	29.496
Dividendos mínimos obrigatórios pagos no exercício corrente (c)	(44.627)	-
Dividendos mínimos obrigatórios revertidos (a)	-	(29.496)
Reversão da reserva especial de dividendos (c)	7.973	-
Dividendos pagos de exercícios anteriores (c)	(7.973)	-
Dividendos mínimos obrigatórios do período corrente (b)	<u>25.561</u>	<u>44.627</u>
Saldo final	<u>25.561</u>	<u>44.627</u>

- (a) O valor dos dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos em 2021, no montante de R\$ 29.496, foi registrado no passivo circulante e, no decorrer de 2022, foi revertido para a Reserva especial de dividendos, após deliberação dos acionistas em AGE de 12 de dezembro de 2022.

(b) As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 contemplam o valor do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 25.561, registrado no passivo circulante, em função de sua natureza de obrigação legal e estatutária.

(c) Além do montante de R\$44.627, durante o exercício de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 7.973, contra a reserva especial de dividendos, a título de dividendos de exercícios anteriores.

15. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta		
Remuneração dos ativos da concessão (a) (Nota 7)	162.326	142.104
Receita de infraestrutura (b) (Nota 7)	72.871	31.765
Receita de operação e manutenção (c)	18.330	18.226
Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura (d) (Nota 7)	3.272	-
	<u>256.799</u>	<u>192.095</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(4.316)	(3.141)
Cofins	(19.878)	(14.464)
ICMS	(11)	(15)
Taxas regulatórias (RGR, P&D E TFSEE)	(5.673)	(4.888)
	<u>(29.878)</u>	<u>(22.508)</u>
Receita operacional líquida	<u>226.921</u>	<u>169.588</u>

a. Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa implícita de 7,22% a.a. sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão.

A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, estabelecida no início dos contratos e não sofre alterações posteriores.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é determinado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e é reavaliado na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente, que equivale ao complemento da remuneração de toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii) atualizado pelo IPCA.

b. Receita de infraestrutura

A receita relacionada à implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

c. Receita de operação e manutenção

As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia, bem como parcela de ajuste e parcela variável.

A Resolução Normativa n.º 729, emitida pela ANEEL em 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), que é uma penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. Os valores de PV são reconhecidos como redução de receita de operação e manutenção, no período em que ocorrem. A Resolução Normativa nº 853, emitida pela ANEEL em 13 de agosto de 2019, atualizou a REN nº 729/2016, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das Funções de Transmissão Conversora, sendo que sua vigência se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2020. A Resolução Normativa nº 906, de 8 de dezembro de 2020, consolidou as Regras de Transmissão de Energia Elétrica e revogou as Resoluções Normativas no 191, no 669, no 729, no 782 e no 853, entrando em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto no contrato de concessão, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste. O reconhecimento contábil da compensação a ser realizada via PA ocorre quando do efetivo recebimento do superávit ou do desconto do déficit que consta no faturamento mensal da Companhia, de modo que, quando ocorre o reajuste anual da RAP, o valor a ser compensado está registrado como um valor a pagar ou a receber referente ao período anterior ao reajuste. O saldo ativo, a título da Parcela de Ajuste – PA, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 2.362, (R\$ 1.883, em 31 de dezembro de 2022).

d. Ganho (perda) de eficiência na implementação de infraestrutura

Refletem as variações positivas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando identificados.

Em 31 de dezembro de 2023, o ganho de eficiência refere-se ao atendimento da Resolução Autorizativa nº 10.923/2021 que se refere a implantação de reforços em nossas instalações.

16. CUSTOS DOS SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pessoal (a)	(4.992)	(5.803)
Materiais (b)	(381)	(641)
Serviços de terceiros (c)	(2.198)	(2.419)
Depreciação (d)	(629)	(581)
Custos de infraestrutura (e)	(66.131)	(29.629)
Gastos diversos (f)	(956)	(404)
	<u>(75.287)</u>	<u>(39.477)</u>

(a) Pagamentos com: salários, bônus e rescisões trabalhistas.

(b) Gastos com conservação e manutenção do empreendimento.

(c) Gastos com operação de manutenção.

(d) De bens próprios.

(e) A Companhia registrou custos classificados como investimentos em projetos de reforços e com a resolução autorizativa nº 9.978/2021.

(f) Demais gastos com operação de manutenção.

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pessoal (a)	(2.741)	(2.387)
Honorários da Administração (b)	(1.288)	(1.183)
Materiais (c)	(14)	(21)
Serviços de terceiros (d)	(733)	(741)
Amortização do direito de uso (e)	-	(41)
Demandas judiciais (f)	(2.609)	1.545
Outras despesas	(918)	(286)
	<u>(8.303)</u>	<u>(3.114)</u>

(a) Pagamentos com: salários, bônus e rescisões trabalhistas.

(b) Pagamentos com: salários e bônus (diretoria da companhia).

(c) Gastos com conservação e manutenção geral.

(d) Gastos com serviços contratados.

(e) Amortização do direito de uso de veículos e aluguéis.

(f) Reversões/Provisões das demandas judiciais (nota 13)

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita de compartilhamento de instalações	8	570
Outros resultados operacionais (a)	-	302
	<u>8</u>	<u>872</u>

(a) O valor de outros resultados operacionais refere-se principalmente a ganho decorrente de venda de isoladores (sucata).

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	4.541	5.452
Tributos sobre a receita financeira	(263)	(244)
Outras receitas financeiras	495	401
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(9.333)	(11.011)
Encargos sobre arrendamento		(1)
Outros	(200)	(167)
Resultado financeiro	<u>(4.759)</u>	<u>(5.570)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa	2.066	3.399
Aplicação financeira	11.047	41.207
Caixa restrito	6.554	10.533
Mensurados ao custo amortizável:		
Concessionárias e permissionárias	10.103	12.893
<u>Passivos financeiros</u>		
Mensurados ao custo amortizável:		
Fornecedores	13.780	8.920
Empréstimos e financiamentos	94.557	121.872
Outras contas a pagar	5.170	4.344

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Estimativa do Valor Justo pode ser obtida utilizando-se os seguintes níveis de avaliação:

- Nível 1 – preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 – ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo.

A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foram valorizados conforme Nível 2.

b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- Risco de crédito - a Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), regulando a prestação de serviços vinculados à rede básica, com cláusula de garantia bancária.
- Risco de preço - as receitas da Companhia são, nos termos dos contratos de concessão, reajustadas anualmente em 01 de julho pela ANEEL, pela variação do IPCA, tendo como data de referência inicial setembro de 2011.
- Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamentos está vinculada à variação da TJLP.
- Risco de liquidez - As principais fontes de caixa da Companhia são representadas pela Receita Anual Permitida (RAP) vinculada às instalações de rede básica, conforme definido nos termos da legislação vigente, pela ANEEL, nos contratos de concessão. A Companhia gerencia o risco de liquidez, mantendo o monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.
- Risco operacional - A Companhia mantém monitoramento dos riscos operacionais envolvendo a implantação do seu contrato de concessão, bem como, quando aplicável, outros aspectos regulatórios que estão sendo discutidos com a Agência Reguladora em processos administrativos envolvendo sua concessão.

c) Sensibilidade a taxas de juros

Em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevantes pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do período.

No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo (i) cenário atual (provável) que é aquele adotado pela Companhia e (ii) cenário com deterioração de 25% da variável do risco considerado e (iii) cenário com deterioração de 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base em hipóteses de alterações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Vale lembrar que os cenários apresentados estão sujeitos a ajustes relevantes em função de variações de performance operacional da companhia, que podem influenciar o seu nível de endividamento e liquidez.

Operação	Risco	Saldo em 31.12.2023	Risco de juros – Efeitos no Resultado Financeiro			
			Riscos de elevação dos indexadores		Risco de queda dos indexadores	
			Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	95,57% do CDI	4.541	5.677	6.812	3.406	2.271
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	TJLP + 5,55% a.a.	(9.333)	(11.677)	(14.000)	(7.000)	(4.667)
		(4.792)	(5.990)	(7.188)	(3.594)	(2.396)

21. COBERTURA DE SEGUROS

A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada a seguir:

Finalidade do seguro	Vigência	Importância segurada
Incêndio, queda de raio e explosão de bens do Imobilizado (Instalações)	01/06/2024	93.224
Cobertura sobre casco, acidentes pessoais e danos corporais (Veículos)	03/12/2024	3.097

No dia 18/01/2023, o seguro das instalações foi renovado até o dia 01/06/2024. As premissas adotadas para a contratação dos seguros não fazem parte do escopo de uma auditoria e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 relativas às operações com partes relacionadas, estão detalhados a seguir:

Natureza da operação	Partes relacionadas	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Remuneração dos administradores (nota 17.b)		-	-	-	-	(1.288)	(1.183)
		-	-	-	-	(1.288)	(1.183)
Fornecedores	CTEEP	13	51	-	42	(587)	(471)
		13	51	-	42	(587)	(471)
Concessionárias e Permissionárias	CHESF	372	-	354	-	4.216	4.480
		372	-	354	-	4.216	4.480
		385	51	354	42	2.341	2.825

23. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia aprovou e autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 06 de fevereiro de 2024, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até a data.